

Comissão pede que Conselho de Educação seja dissolvido

O Presidente em exercício da Comissão de Encargos Educacionais, Arlindenor Pedro de Souza, pediu ontem a dissolução do Conselho Estadual de Educação, após plenária do Conselho. Sete dos 11 membros presentes à plenária rejeitaram o parecer elaborado pela Comissão que confirmava que o Colégio Pio XII, localizado na Avenida Meriti, havia majorado as mensalidades de dezembro de 1987 acima dos índices permitidos pela Portaria nº 261, do Ministério da Fazenda.

O Presidente em exercício não se conformou com as alegações dos membros do Conselho e acusou o órgão de ser uma farsa e de estar completamente dominado pelos representantes das escolas particulares.

Arlindenor lembrou que este parecer — dado em resposta a 33 processos formulados por pais de alunos — foi o primeiro apresentado pela Comissão. A análise do pedido, segundo ele, dependerá da decisão do Governo do Estado.

Os problemas começaram no meio da plenária, quando a maioria dos seus membros não aceitou interromper a apreciação da pauta do dia 14 para analisar a matéria em caráter de urgência. Eles decidiram deixar o assunto para o final da reunião, inquietando os pais de alunos que acompanhavam os trabalhos.

Como Presidente da Comissão, Arlindenor apresentou o parecer que determinava à escola acertar seu valor referente a dezembro de 1987, não aplicar a correção de defasagem no primeiro semestre deste ano e cumprir o acordo firmado entre a Apaerj e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, mas o Presidente das Escolas Particulares de Niterói e Norte Fluminense, Plínio Comte Leite Bittencourt, alegou que haveria necessidade de mais tempo para apreciação do assunto e fornecimento de uma planilha para analisar a base dos cálculos. Segundo ele, sem esses instrumentos a matéria poderia ser votada de forma que prejudicasse aos pais de alunos ou donos das escolas.

Oito membros do Conselho aceitaram a posição de Plínio, enquanto o professor Luiz Antônio Constant Cunha, da UFF, defendia a urgência da votação e aprovação do parecer, afirmando que não havia motivos para se colocar dúvidas sobre o trabalho da Comissão, já que esta teria mais representatividade que o próprio Conselho.

Em seguida, Cunha pediu uma posição diante do caso e disse que não causaria espanto se por acaso o nome do Conselho fosse modificado para "Conselho Estadual de Educação Privada", o que causou uma série de discussões entre os membros.

Arlindenor considerou uma manobra o pedido de maior tempo e instrumentos para apreciar o assunto e, batendo na mesa e em voz alta, exigiu a votação da matéria.

Antes que a votação começasse, Plínio e Tereza Velho (ex-Coordenadora da Comissão de Moral e Civismo na gestão da Secretária Lucy Vereza) saíram.

A votação foi rápida e o parecer não foi aprovado. Arlindenor anunciou o pedido de dissolução do Conselho e foi aplaudido pelos pais de alunos que se retiraram gritando frases contra o Conselho: "Isto é uma máfia, uma bagunça"; "Vamos colocar os estudantes nas ruas. Vocês abriram guerra".

O Secretário Estadual de Educação, Carlos Alberto Direito, que preside o Conselho mas não participou da reunião, disse à tarde que não poderia emitir opinião sobre o pedido de dissolução do órgão até que recebesse informações do Presidente Executivo, Professor Ernesto Freire, com quem despacharia mais tarde.

O Vice-Presidente da Apaerj, Jorge Esch, relator da Comissão, disse que a decisão evidencia o comprometimento de todo o sistema em apreciar denúncias contra as escolas. Para ele, todo o trabalho da Comissão acaba jogado por água abaixo em função da composição do Conselho.